



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**AUTÓGRAFO Nº 3813/2025**  
**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 354/2025**  
**AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**CRIA E REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANO, AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:**

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituído o Fundo Municipal de Serviços Urbano - FMSU, de caráter permanente e com orçamento, autonomia financeira e contabilidade próprios, destinado a dar suporte e apoio financeiro aos programas e projetos voltados ao desenvolvimento da política municipal concernentes à gestão urbana do que dispõem os Títulos III, IV e V estabelecidos na Lei Complementar nº 07/1995.

**Parágrafo único.** Fundo Municipal de Serviços Urbano - FMSU é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDURB.

## **CAPÍTULO II - DOS RECURSOS**

**Art. 2º** Constituem recursos do Fundo Municipal de Serviços Urbano - FMSU.

**I** Recursos provenientes de transferências dos governos federal e estadual e de fundos nacional e estadual;

**II** Dotações orçamentárias específicas do município previstas na Lei Orçamentária Anual;

**III** - Os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;

**IV** - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de recursos de pessoas físicas ou jurídicas, governamentais ou não, nacionais ou estrangeiras;

**V** - 50% (cinquenta por cento) dos repasses provenientes de convênios firmados com entidades privadas, inclusive parcerias público-privadas, órgãos estaduais, federais e entidades financiadoras nacionais e estrangeiras, que contemplem equipamentos de competência da SEDURB, conforme Art. 13º, inciso V, alínea "d", da Lei Municipal nº 10.429/2005, alterada pela Lei Municipal nº 11.003/2007;



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**VI** 50% (cinquenta por cento) dos recursos auferidos com recolhimento das seguintes taxas:

- a) licenças para localização e funcionamento em área pública;
- b) licenças para utilização de área pública;
- c) concessões perpétuas de uso de terreno em cemitério público e serviços funerários;
- d) licença para uso de publicidade.

**VII** 50% (cinquenta por cento) dos recursos auferidos com as multas aplicadas decorrentes de violações ao disposto no Código de Posturas do município;

**VIII** Receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do município de João Pessoa, patrimoniados à SEDURB;

**IX** Rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;

**X** Recursos oriundos do estabelecimento de parcerias público-privadas;

**XI** Outros recursos e rendas lhe sejam destinados.

**§ 1º** Os recursos previstos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta em instituição financeira, cujo titular será o próprio fundo, devendo sua movimentação ser feita pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, com a fiscalização do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Serviços Urbano - FMSU;

**§ 2º** Os recursos de responsabilidade do município, destinados ao FMSU serão a ele repassados automaticamente, à medida que forem sendo constituídas as receitas, e serão depositados obrigatoriamente na conta prevista no parágrafo anterior;

**§ 3º** O saldo financeiro do FMSU, apurado através do balanço anual geral, será transferido automaticamente à conta deste fundo para utilização no exercício seguinte;

**§ 4º** Os recursos do FMSU poderão ser utilizados na elaboração e realização de projetos e programas de intervenção nas zonas especiais de interesse social; em obras de implantação, ampliação e manutenção da infraestrutura dos equipamentos públicos de responsabilidade da SEDURB; contratação de serviços e pessoal; aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos; locação de imóveis para prestação de serviços relacionados aos objetivos do FMSU; e custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos do Fundo;

**§ 5º** Enquanto não forem efetivamente utilizados, os recursos do FMSU poderão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas, que a ele reverterão;

**§ 6º** O orçamento do FMSU integrará o Orçamento Geral do Município, na esfera



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

Fiscal, em unidade orçamentária própria do fundo, nos termos da legislação vigente.

**Art. 3º** O FMSU terá escrituração contábil própria, ficando a aplicação de seus recursos sujeita a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos prazos previstos na legislação pertinente.

### **CAPÍTULO III - DA GESTÃO**

**Art. 4º** A gestão do FMSU será fiscalizada pelo Conselho Gestor do FMSU e operacionalizada pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, a quem caberá:

**I** Estabelecer a política de aplicação dos recursos do FMSU através de Plano Anual de Ação, observando o disposto no Plano Diretor, na Lei Orgânica Municipal e no Código de Posturas do Município;

**II** Elaborar propostas orçamentárias do FMSU, observados o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e demais padrões estabelecidos na legislação pertinente;

**III** Ordenar as despesas do FMSU.

### **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL CONTROLE URBANO**

**Art. 5º** Fica instituído o Conselho Gestor do FMSU, órgão colegiado de caráter consultivo, de cooperação governamental nas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento urbano do município e fiscalizador da aplicação dos recursos do FMSU.

**Art. 6º** Compete ao Conselho Gestor do FMSU:

**I** Auxiliar na formulação de diretrizes e no controle da execução das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento urbano do município;

**II** Estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;

**III** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos do FMSU;

**IV** Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

**V** Aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMSU;

**VI** Elaborar relatórios de gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial dos recursos discriminados no art. 2º desta Lei;

**VII** Encaminhar o relatório de atividades e prestações de contas anuais ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, contendo balancetes mensais de receita e despesa, bem como balanço geral do FMSU.



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**Art. 7º** O Conselho Gestor do FMSU será composto por 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, de acordo com a seguinte representação:

- I** - Secretário Executivo Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- II** - Diretor de Serviços Urbanos;
- III** - Diretor de Planejamento e Empreendedorismo;
- IV** - Diretor Administrativo-Financeiro;
- V** - 01 (um) servidor da SEDURB formado em Direito;
- VI** - 01 (um) servidor da SEDURB formado em Contabilidade.

**§ 1º** O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução;

**§ 2º** O Secretário Executivo Municipal de Desenvolvimento Urbano será o Presidente do Conselho Gestor do FMSU e o Diretor Administrativo-Financeiro será o Tesoureiro do Conselho Gestor do FMSU;

**§ 3º** O Vice Presidente do FMSU será eleito dentre seus membros;

**§ 4º** O presidente, vice-presidente e tesoureiro do Conselho Gestor do FMSU formarão a Diretoria deste:

**§ 5º** As competências e atribuições dos membros da Diretoria serão definidos no Regimento Interno;

**§ 6º** A composição do Conselho Gestor do FMSU será publicada no Semanário Oficial através de Portaria Interna, contendo os nomes dos membros titulares e seus respectivos suplentes,

**§ 7º** Os membros citados nos incisos V e VI serão escolhidos pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.

**Art. 8º** O Conselho Gestor do FMSU terá sua organização e funcionamento disciplinados por Regimento Interno, aprovado por maioria absoluta de seus membros.

**Art. 9º** O Conselho Gestor do FMSU reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou pelo requerimento de, no mínimo, (um terço) de seus membros.

**Art. 10.** Os atos do Conselho Gestor do FMSU serão publicados no Semanário Oficial



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

da Prefeitura de João Pessoa.

**Art. 11.** O desempenho das funções de membro do Conselho Gestor do FMSU será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

**Art. 12.** O Poder Executivo prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Gestor do FMSU.

### **CAPÍTULO V - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA**

**Art. 13.** Compete ao Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município de João Pessoa ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo Municipal de Controle Urbano - FMSU.

**Parágrafo único.** Os pagamentos a serem efetuados à conta dos recursos do FMSU serão realizados por meio de ordem bancária eletrônica, acompanhados da assinatura do gestor do Fundo, bem como do presidente e do tesoureiro do Conselho Gestor do FMSU, após atesto por servidor autorizado, quando da entrega de bens ou realização de serviço e documentos relativos às retenções de tributos, conforme legislação pertinente.

**Art. 14.** O Fundo Municipal de Serviços Urbanos FMSU terá contabilidade própria, com escrituração geral, vinculada, porém, orçamentariamente, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

**§ 1º** A execução financeira do Fundo Municipal de Serviços Urbanos - FMSU observará as normas regulares de Contabilidade Pública, bem como a legislação referente à Secretaria do Tesouro Nacional e a relativa a licitações e contratos, e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e a aplicação dos respectivos recursos serão, mensalmente, objeto de informação e prestação de contas.

**§ 2º** Para atendimento do disposto no § 1º deste artigo, caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano encaminhar:

- a) à Secretaria de Finanças e ao Controle Interno, mensalmente, demonstrativo de receitas e despesas (balancete), acompanhado de cópias dos respectivos comprovantes das receitas e despesas;
- b) ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, anualmente, relatório de atividades e prestação de contas, com balanço geral, observadas a legislação e as normas pertinentes.



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**Art. 15.** O exercício financeiro do Fundo Municipal de Serviços Urbanos- FMSU coincidirá com o ano civil.

## **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16.** A contratação e aquisição de bens e serviços estarão sujeitas à legislação que rege os contratos administrativos e congêneres, firmados em razão de processo de licitação, dispensa ou inexigibilidade licitatória.

**Art. 17.** Para aquisição de bens, execução de serviços ou obras e serviços de engenharia, deverá ser observado o plano de aplicação dos recursos, em consonância com a Lei de Licitações e demais normas do âmbito municipal.

**Art. 18.** Serão incorporados ao patrimônio municipal todas as compras e benfeitorias procedidas com recursos do FMSU.

**Art. 19.** As taxas referidas no art. 2º, III desta Lei serão estabelecidas conforme o Código Tributário Municipal vigente.

**Parágrafo único.** No que tange aos recursos provenientes das multas consequentes às infrações, constam no Título III, Capítulo VIII, Seção V e Título IV do Código de Posturas do Município.

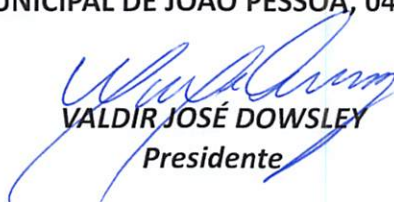
**Art. 20.** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

**Art. 21.** Fica autorizada a abertura de um primeiro crédito adicional especial no ano da criação do fundo, até que haja seu regular planejamento, com créditos orçamentários prévios, podendo-se efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, na forma da legislação, para a realização de suas despesas.

**Art. 22.** A validade do crédito especial previsto no art. 21 desta Lei será até o final do exercício financeiro em que foi aberto, podendo ser suplementado, se necessário, devendo, nos próximos exercícios, constar na peça orçamentária.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 04 DE SETEMBRO DE 2025.**

  
**VALDIR JOSÉ DOWSLEY**  
Presidente